

O(S) LUGAR(ES) DA POESIA ÉPICA NAS CONFERÊNCIAS POPULARES DE PEREIRA DA SILVA

THE PLACE(S) OF EPIC POETRY IN THE POPULAR CONFERENCES OF PEREIRA DA SILVA

Alexandre Kuciak¹

Resumo: O periódico *Conferências Populares* estreou em 1876 com o objetivo de preservar em um suporte diverso o trabalho dos diversos oradores que contribuíram para a popularidade do evento, de mesmo nome, que ocorria desde 1873. Um dos conferencistas publicados foi João Manuel Pereira da Silva que, em quatro sessões, tratou da poesia épica. Este artigo busca avaliar o modo como Pereira da Silva contribuiu para a difusão da poesia épica no Brasil a partir de sua participação na publicação-evento.

Palavras-chave: Poesia épica. Conferências populares. História da literatura. Cânone.

Abstract: The journal *Popular Conferences* debuted in 1876 with the aim of recording in a different medium the work of the various speakers who contributed to the popularity of the event, of the same name, which took place since 1873. One of the published lecturers was João Manuel Pereira da Silva who, in four sessions, dealt with epic poetry. This article seeks to assess how Pereira da Silva contributed to the diffusion of epic poetry in Brazil through his participation in this publication-event.

Keywords: Epic poetry. Popular conferences. History of Literature. Canon.

Introdução

Este estudo busca suprir uma lacuna na bibliografia acerca da poesia épica no Brasil: avaliar a contribuição de João Manuel Pereira da Silva para a divulgação desse gênero a partir de sua participação nas Conferências Populares da Glória, evento realizado no Rio de Janeiro a partir de 1873. A popularidade do evento, sua cobertura pelos principais jornais da época e a sua subsequente publicação na forma de periódico mensal garantem significativa repercussão a esse seu trabalho enquanto conferencista. Os estudos referentes às Conferências Populares mencionadas costumam deter-se no papel desse evento enquanto importante difusor de teorias científicas. Dessa forma, a partir do periódico *Conferências Populares*, publicado pela primeira vez em janeiro de 1876, procuramos avaliar o modo como Pereira da Silva expõe a poesia épica para seu público, articulando a sua atuação múltipla de historiador literário, político e escritor. Esse processo permitiu-nos expor como o contexto de produção do periódico e a atuação política de Pereira da Silva dialogam e reverberam em suas escolhas relativas ao modo de apresentar a poesia épica para o público das Conferências Populares da Glória.

¹ Doutor em Estudos de Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 As Conferências “Populares” da Glória

As Conferências Populares organizadas por Manoel Francisco Correia nos prédios da freguesia da Glória, no Rio de Janeiro, a partir de 1873², foram eventos regulares, normalmente semanais, em que um ou mais oradores discorriam por cerca de uma hora sobre assuntos variados para quem porventura tivesse interesse³. Em poucas semanas, as Conferências Populares enraizaram-se enquanto prática social das camadas mais ricas da sociedade carioca. Este “caráter aristocrático” das conferências fora imediatamente notado pelo *Diário do Rio de Janeiro*, que questionou a utilização da palavra “popular” pelo evento. O jornal destacou a plateia numerosa, a presença imperial, o foco no debate de assuntos

² Em 23 de novembro de 1873, se iniciam as conferências que seriam conhecidas por Conferências Populares da Freguesia da Glória, com a realização de nove conferências públicas em torno de assuntos relacionados ao ensino. A 18 de novembro de 1873, o *Diário do Rio de Janeiro* publica a seguinte informação: “Escrevem-nos: “O governo pôs à disposição do Sr. conselheiro Manoel Francisco Correia o vasto salão do edifício destinado à escola da freguesia da Glória para nele se celebrarem conferências públicas, às quais Suas Majestades Imperiais se dignam de assistir. A primeira realizar-se-á no domingo, 23 do corrente, das 11 às 12 da manhã, tratando o mesmo conselheiro da questão: Ensino obrigatório. Nos seguintes domingos, à mesma hora, outros oradores tratarão também de assuntos que interessem ao público, excluindo as questões de política e religião. (...) Além de outros oradores, que se espera tomem parte nas conferências, far-se-ão ouvir os Srs. conselheiros Pereira da Silva, Felix Martins e Fausto Aguiar, e os Srs. Drs. Duque Estrada Teixeira, (...) Torres Homem (...). *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 56, n. 357, p. 2, 18 nov. 1873.

³ Coordenadas pelo senador e conselheiro imperial Conselheiro Manoel Francisco Correia, as Conferências Populares foram apresentadas enquanto tentativas de estimular o conhecimento e o comércio de livros. Este aspecto seria destacado por Correia em seu discurso de abertura de outra série de conferências, as Conferências Populares na cidade de Niterói, que buscou ampliar o trabalho desenvolvido no edifício das escolas públicas da freguesia da Glória. Contando com a presença de Dom Pedro II, Correia declara: “Para não exagerar a importância da instituição, com Laboulaye direi também: “Uma conferência pública é em si pouca coisa. Não deveis crer que, acompanhando as conferências públicas, vos tornareis sábios; mas nunca se deixa uma destas reuniões sem o desejo de estudar as questões de que nela se falou, e de comprar os livros em que essas questões são tratadas. Os países em que há mais conferências públicas são também aqueles em que se vende maior número de livros e em que mais se lê”. Acrescentarei, porém, que o país em que mais se lê é o em que mais avulta a preciosa riqueza intelectual, pela qual se pode aferir o grau de desenvolvimento de um povo.” As suas justificativas dialogam com os seus modelos de conferências, derivadas das aristocracias francesas e inglesas. “Homens eminentes” deveriam tomar para si as conferências uma vez que os debates públicos poderiam gerar a perturbação da ordem pública: “É por isso que os homens mais eminentes da França consideram útil ocupação de seu tempo a de dirigirem-se ao povo em conferências como esta. Cabem ali as conferências aos Guizot, Cousin, Julio Fayre e Laboulaye. Na Grã-Bretanha, a terra clássica dos meetings, a aristocracia capricha em generalizar as conferências, nas quais tomam parte; e os estadistas ingleses, ainda mesmo na suprema direção dos negócios, dispõem as coisas de modo que, sem inconveniente para o serviço, possam desempenhar-se do trabalho das conferências. É que este meio incessante de despertar o espírito tem o préstimo de acautelar errôneas apreciações de pontos que na arena pública se debatem, e que de outra sorte podiam trazer sérias perturbações num país de tanto pauperismo.” CORREIA, Conselheiro Manoel Francisco. *Conferências: e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1885, p. 42. Texto também publicado em: *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 16-17.

relativos à educação popular e, principalmente, a ausência do povo⁴, também criticada por outros conferencistas.⁵

Mesmo com a ausência da parcela popular, o evento ficou conhecido por Conferências Populares da Glória. Neste mesmo formato, buscou-se expandir as Conferências para outros bairros do Rio de Janeiro, como Niterói, contudo, os organizadores não obtiveram o mesmo sucesso.

Contribuíam para o rápido preenchimento das vagas no auditório, normalmente ocupadas por integrantes elite do Rio de Janeiro: a variedade de oradores, os assuntos tratados, a presença de diversos membros do Império (incluindo Dom Pedro II). Outro fator determinante para instigar a curiosidade e provocar expectativa, era a divulgação do evento pela imprensa, seja por meio de anúncios ou de resumos das conferências.

A publicação de resumos em jornais de tendência conservadora era uma estratégia dos organizadores das Conferências Populares da Glória, aparentemente, centralizadas na figura do Conselheiro Manoel Francisco Correia, ou do grupo político vinculado ao Império. Esta tática pode ser entrevista na conferência “Instrução pública II”, proferida em 5 de julho de 1874 por Manoel Jesuíno Ferreira. Nesta conferência, Ferreira afirma:

E não será possível, não se deve mesmo desconfiar que uma ampla liberdade de ensino traga também uma propaganda de ideias subversivas, sem um corretivo eficaz? Para as que podem correr na imprensa há o corretivo da mesma imprensa,

⁴ “Realizou-se ontem (...) a terceira conferência popular (...). Foi o orador da noite o Sr. Dr. Duque Estrada Teixeira. A tese versou sobre a importância da educação, da moralidade e bem estar das classes laboriosas. Assistiram à preleção Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz, o presidente do conselho, membros das duas casas do parlamento e mais de 200 pessoas da melhor sociedade, contando-se umas 50 senhoras. Entrando na sala de preleções e vendo aquele concurso seletivo de damas e cavalheiros (...) perguntávamos a nós mesmos são estas as conferências populares? (...) Mas onde estavam ali representadas essas classes? Não as vimos! Cremos mesmo não errar dizendo que eram as únicas que estavam dali ausentes. (...) O exclusivismo foi ainda mais longe. Apenas entraram Suas Majestades, cerrou-se a porta, como se ali se fosse tratar de um alto segredo de Estado! Ora, desde que as conferências se fazem à porta fechada (...) têm forçosamente errado o título; serão científicas, literárias, administrativas, aristocráticas, o que quiserem, menos conferências populares. Temos visto a forma e a essência das preleções. São em primeiro lugar dadas a um público que nada tem ali que aprender. Em segundo lugar, quando o público fosse (...) o povo – nada aprenderia, porque a preleção não versa sobre pontos positivos da ciência, mas apenas se baseia em lugares comuns de que não se tira nenhum resultado prático (...). A quem podem servir, pois, as conferências do modo como estão organizadas? *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 56, n. 344, p. 2, 15 dez. 1873.

⁵ O modelo das conferências populares de Francisco Correia, destoante do propósito enunciado em seu título, era questionado publicamente por agentes envolvidos com outras conferências, que exigiam crédito pela ideia: “Há quatro anos, presidindo o Sr. Cunha Leitão a província de Sergipe, inaugurou por iniciativa sua e com o aplauso geral da província, as conferências populares, a cuja semelhança procurou fazer há alguns meses nesta corte o Sr. conselheiro Correia, ex-ministro dos negócios estrangeiros do gabinete de 7 de Março (...). Ou porque o Sr. conselheiro Correia não percebesse em tempo do mau sistema com que pretendia transplantar os ensaios patrióticos do Sr. Cunha Leite, ou porque, a pesar seu, não pudesse metodizar o estilo daquelas conferências, imprimindo-lhes o cunho eficaz do caráter popular para instruir (...) é certo que não têm elas oferecido na prática os resultados que deviam esperar.” F. M. “As conferências populares no Brasil.” *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 52, n. 112, p. 2, 24 abr. 1874.

mas para as que forem inoculadas no espírito das crianças não há remédio: durarão para sempre como impressões na infância.⁶

Tanto a imprensa quanto a instrução pública são identificadas enquanto dois campos de combate essenciais para o que chamaremos de “batalha pelas ideias”. Um dos papéis das conferências, como se verificará a seguir, era, justamente, levantar estas questões e propor um modelo de ensino que pudesse enfrentar “ideias subversivas”. A publicação destas ideias na imprensa provoca o debate dos leitores, o envio de correspondências aos jornais (os mais lidos na época) e difunde o nome dos conferencistas entre o público; opera, portanto, enquanto o que Manoel Jesuíno Ferreira chama de “corretivo da mesma imprensa”.

Por mais que o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro* divulgassem anúncios e resumos das palestras, e mesmo que os seus autores as publicassem na íntegra em suportes diversos, Manoel Francisco Correia procurou preservar os conteúdos do evento em um periódico exclusivo chamado *Conferências Populares*. Desta forma, Correia criava mais um “guerreiro” conservador no campo jornalístico.

2 O periódico *Conferências Populares*

A partir de 1876, Manoel Francisco Correia organizou uma revista mensal chamada *Conferências Populares*. O objetivo era reproduzir as palestras das Conferências Populares da Glória a partir de 1876, retomando palestras anteriores quando necessário ou preciso.

Com cerca de cem páginas por edição, a revista buscou preservar as características do evento original, mantendo questões como a reação do público e a expectativa em torno do orador. O aplauso indicava uma honraria ao conferencista, assim como a presença de grande público e de certas personalidades do governo. Já a animação do público era registrada por meio de exclamações como “muito bem!”.

Na “Introdução” do primeiro volume, de autoria de J. M. de Almeida e H. Chaves, é possível perceber as motivações por trás desta revista, especialmente a questão do financiamento, bastante enfatizada.⁷ Segundo os autores, a publicação poderia não mais ocorrer se o público não comprasse as edições. Desta forma, não parece que as *Conferências populares* tenham recebido, novamente, financiamento da Associação Promotora da Instrução Pública. Além disso, o comentário de que a ausência de prejuízo bastaria para que a publicação continuasse, sugere um investimento do próprio Francisco Correia ou, ainda, que

⁶ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 05, jan. 1876, p. 67.

⁷ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, p. 3-4, jan. 1876.

se tratava de um financiamento com contrapartidas. Em seguida, por exemplo, a publicação é denominada “tentativa”, que dependeria de uma futura “justa compensação” para continuar. Sua expectativa, contudo, era positiva: o “conhecido patriotismo dos brasileiros” faria a publicação frutificar. No último parágrafo desta “Introdução” os autores ainda enunciam o objetivo da publicação: “concorrer para o monumento da civilização do Brasil”. Esta afirmação pode indicar que o conteúdo das conferências estava sendo escolhido em conjunto com uma proposta de país planejada por uma intelectualidade relativamente autônoma de D. Pedro II.

De periodicidade mensal, a publicação buscou seguir a cronologia das falas públicas. A primeira edição conteria as preleções de janeiro, a segunda as de fevereiro, e assim sucessivamente. Caracterizado pela diversidade temática, o periódico esbarrava na aleatoriedade de temas e na falta de ordem cronológica. Por seguir o planejamento de um evento, também o periódico dependia da disponibilidade dos conferencistas, além de imprevistos vários. Estes aspectos podem ter frustrado os leitores. Nos volumes quatro e cinco, por exemplo, encontramos o texto “Instrução Pública” e “Instrução Pública – II”, de Manoel Jesuino Ferreira, de mesmo título da conferência de Francisco Correia, presente na primeira edição. Entre a primeira edição e a quinta, contudo, a temática havia sido retomada diversas vezes e sob diversos ângulos, tornando-a repetitiva.

No nono volume da série é-nos informado que mais dois volumes deveriam ser publicados para finalizar a série, prorrogando o seu término para novembro, além de um anúncio: “A segunda série de Conferências começará no dia 1º de Julho.” Na décima edição, os mesmos anúncios são veiculados, indicando a intenção de conduzir a revista até dezembro, mas reforçando o encerramento da primeira série de conferências. Essa continuidade da publicação indica o seu sucesso entre o público ou uma aprovação de determinado patrocinador. A décima edição aparenta ser a última impressa. Há um registro da distribuição das edições 09 e 10 em 8 de julho de 1877⁸.

Com exceção de João Manuel Pereira da Silva, um dos políticos e pensadores mais influentes de seu século, os demais conferencistas retornavam apenas ocasionalmente. Além da proximidade com Manoel Francisco Correia, a presença constante de Pereira da Silva se devia ao modo como ele organizava as suas falas públicas: à semelhança de cursos. Desta maneira, temáticas como a poesia épica e a poesia dramática eram abordadas de maneira

⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 67, n. 182, p. 1, 8 jul. 1877.

detalhada em diversas ocasiões. Principalmente, porém, Pereira da Silva agregava valor ao evento.

A autoridade das conferências, constituída pela presença do Imperador Dom Pedro II, pode ter auxiliado no processo de sua consolidação enquanto manifestação social. Contudo, a presença do imperador não era garantida, de modo que os oradores precisavam possuir reconhecimento intelectual. Neste sentido, a importância de Pereira da Silva para o evento era manifesta e foi evidenciada na quarta conferência do evento. Assistida por “Suas Majestades Imperiais, acompanhados de seus camaristas, o presidente do conselho, damas e cavalheiros da primeira sociedade, professores, homens de letras, estudantes das escolas superiores, representantes da imprensa periódica”, o público fora “ainda mais numeroso que o das conferências precedentes”. A razão deste sucesso, segundo o cronista do *Diário*, devia-se a João Manoel Pereira da Silva:

Era esse nome quem inspirava uma grande confiança e que despertava um grande interesse.

Todos desejavam ouvir a palavra do antigo parlamentar, escritor notável e orador distinto, cuja autoridade em assuntos de história nacional é reconhecida e incontestável.

(...) Se não o tivera comprovado na sua larga vida literária, em que tem obtido tantos flôres de glória, demonstrá-lo-ia ontem até a evidência na rápida exposição (...).

Foi conferência não *popular* mas *científica*, elevada na forma e na essência (...). O orador compreendeu o seu lugar e desempenhou-se dele conscienciosamente.⁹

Pode-se perceber no relato que Pereira da Silva era uma figura pública conhecida e admirada. Não há qualquer reparo em sua fala, no caso, uma leitura do passado do Brasil buscando projetar o seu futuro a partir de uma avaliação do presente. A crítica ao evento, contudo, permaneceria. Impacientes com a não abertura das conferências ao povo, os cronistas continuaram a atacar o evento e Pereira da Silva não mais passou ileso. Na ocasião da crônica a seguir, Pereira da Silva se encontrava em meio a suas falas sobre a poesia épica:

Profundas dissertações sobre a antiquíssima literatura grega, sobre as coisas do Arco da Velha que fizeram os Romanos do tempo da Onça, e sobre a refalsada política de Maquiavel; preleções pernilongas sobre vários pontos escabrosos da filosofia transcendente, etc., etc., e de mais a mais perante um auditório todo composto de gente mais ou menos agaloada e sabichona... serão tudo menos conferências populares.¹⁰

O autor da crônica manifesta o sentimento de distanciamento das conferências em relação aos assuntos urgentes à população. Com objetivos claramente diversos aos das “conferências radicais”, as conferências organizadas pelo Conselheiro Manoel Francisco

⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 56, n. 344, p. 2, 15 dez. 1873.

¹⁰ FELLIPPE. “Cartas de um caipira”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 53, n. 279, p. 3, 8 out. 1869.

Correia não questionavam o governo de Dom Pedro II, apresentando temáticas distintas dos grandes temas do período, como a abolição da escravidão e a república. E, uma vez que os oradores eram figuras públicas que Correia conhecia e que, como ele, posicionavam-se a favor do sistema monárquico, a temática das falas também estava relativamente garantida, não gerando embaraços quando representantes do governo assistissem ao evento.

3 A estrutura das conferências: a poesia épica para Pereira da Silva

Em sua quarta conferência, Pereira da Silva evidencia a estrutura de suas conferências, justificando-as:

Serve a história do poeta, a descrição do seu caráter, a percepção dos seus sentimentos e paixões, o conhecimento da situação social e civil, em que ele se encontrou e de que foi parte, para melhor se examinar suas obras, e descobrir-lhe as tendências e qualidades. Não tratarei de outros escritos, e só do *Paraíso Perdido*, porque meu fim é unicamente estudar a poesia épica, e demonstrar a sua superioridade entre os vários gêneros de poesia.¹¹

Este método de abordagem se reflete na estrutura da exposição de suas conferências, como se pode perceber na tabela a seguir, em que procuramos organizar as falas públicas de Pereira da Silva em tópicos.

¹¹ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 50.

Estrutura das conferências de Pereira da Silva conforme apresentadas em *Conferências Populares*

Conferência I (20/09/1874) Poesia épica – I – Homero e Virgílio ¹²	
Homero	Virgílio
Definição de poesia: Em sua primeira conferência sobre a poesia épica, Pereira da Silva, inicialmente, apresenta a poesia enquanto indefinível: “Poesia não se define – sente-se. Nasce-se poeta, não se aprende a ser poeta. (<i>Muito bem.</i>)” O gênio de alguém que aperfeiçoou um gosto adquirido através do estudo conseguiria extrair da imaginação (a faculdade do espírito responsável pela criação) “imagens convenientes, o colorido próprio, o desenho correto, a fisionomia viva, (...) a arte precisa e a melodia conveniente, afim de conservar a ordem e a regularidade”. Definição de poesia épica: Após breves considerações sobre a diversidade dos gêneros poéticos, o conferencista afirma que a poesia épica fora criada na Grécia, por Homero, sendo constituída pelas seguintes características: “Compõe-se de um fato ou fundamento histórico, ornado de episódios de imaginação, de maravilhoso fantástico para captar o interesse. Deve conservar a unidade da ação, ligando-se-lhe como partes dela as aventuras de invenção, marchando par e passo conjuntamente. O poeta deve narrar, mas embelezando a composição, cantando-a, elevando-a ao grau mais sublime; é-lhe portanto o verso indispensável para se formar uma harmonia de pensamentos e palavras, uma melodia sonora e igual de frases e imagens, uma música, enfim, que acompanhe o murmúrio das ondas da poesia, que devem brotar da exposição do assunto. Deve ser o monumento enciclopédico de uma época ou período histórico, com suas crenças religiosas, suas ideias predominantes, seus costumes particulares; não é um romance em verso, é uma grande ação representada ao vivo, e sob o seu assunto majestoso.” Por suas especificidades, ou por sua “vasta missão”, a poesia épica seria “a mais elevada, a mais difícil, a mais sublime de todas as composições”. Capaz de reproduzir os demais gêneros poéticos em apenas uma obra, a poesia épica aproximar-se-ia de uma “pintura grandiosa dos feitos heroicos”. A partir de sua definição de poesia épica, Pereira da Silva distinguiu apenas seis poetas que mereceriam a alcunha de épicos e os dividiu em dois períodos históricos: a) na Antiguidade Homero, grego, e Virgílio, romano; b) nos povos modernos: Dante Alighieri e Torquato Tasso, italianos, Luís de Camões, português e John Milton, inglês. Biografia: Após resumir as dúvidas acerca de sua biografia, o que inclui o questionamento de sua existência e da autoria de <i>Ilíada</i> e <i>Odisseia</i>, Pereira da Silva descarta essas possibilidades com base em um “exame aprofundado” das obras. Autoria e comparação das obras: O conferencista explica ao público que seria natural “encontrar algumas divergências, e disparates mesmo nos versos” uma vez que os manuscritos “foram coligidos, apurados e reunidos” depois de muito tempo. Segundo Pereira da Silva, em ambas as obras a elocução, as frases, “o colorido” os “movimentos oratórios”, “os pensamentos na sua expressão” se assemelhavam. Também a base histórica de <i>Ilíada</i> e de <i>Odisseia</i> seria a mesma: <i>Ilíada</i> começaria em meio à guerra de Tróia, indo além de seu término, enquanto <i>Odisseia</i> trataria da jornada de um dos heróis da guerra de Tróia, Ulisses, desde o término do conflito até o seu regresso à Ítaca, quando reencontra a esposa Penélope. Pereira da Silva, ainda, aponta para a “abundância e variedade de retratos de personagens” modelados pelo mesmo sistema. As obras, portanto, deveriam ser atribuídas ao mesmo gênio. A <i>Ilíada</i> pintaria a vida pública enquanto a <i>Odisseia</i> pintaria a vida íntima, contudo “o método de extasiar o interesse, de desenhar as paixões, de mover os afetos, de suspender a atenção de modo a não poder distrair-se para outro objeto, tudo revela o mesmo gênio, o mesmo cérebro criador”. Por fim, Pereira destaca a habilidade de Homero em pintar caracteres, “seu coração terno” e “alma cândida” e a concisão de sua escrita.	Biografia: Nasce perto de Mântua, descendendo de lavradores de classe média, estudou em Milão e Cremona. Vai a Roma reclamar da restituição de terras da família após Otávio Augusto repartir terras e propriedades entre os seus soldados como prêmio pela vitória na guerra civil. Mecenas, favorito de Augusto ajuda Virgílio, que fixa residência em Roma, onde ganha reputação após escrever as <i>Bucólicas</i> (“descrições de fantasia, lisonjas ao senhor de Roma”) e as <i>Geórgicas</i> (“poema que à harmonia de versos, à forma admirável, junta pensamentos elevados, ciência, estudo, e imaginação fecunda em imagens”). Mesmo recebendo bens e propriedades de Augusto, o poeta prefere residir fora da cidade. Contextualização histórica: Os romanos dedicados aos estudos científicos e artísticos buscavam o conhecimento no povo grego, a quem dominara em batalhas. Buscavam não apenas os escritos gregos, mas também preceptores para filhos e parentes. Assim, fundou-se em Roma, o estudo das ciências, letras e artes, com a literatura tentando imitar e exceder a grega. Para Pereira da Silva, “Roma, muito aquém ficou da Grécia (...). Foi uma cópia (...), nunca atingiu a beleza admirável do original.” Em seguida, o conferencista cita os maiores nomes romanos e afirma que nenhum se compara a nenhum grego. Destaca apenas Tácito, por seu “talento particular de historiador”. Também os monumentos. Estátuas e pinturas eram inferiores. Por esses motivos, Augusto encarrega Virgílio da tarefa de escrever um poema épico capaz de ombrear com Homero. Comparação com Homero: Virgílio busca os assuntos para seu poema épico nas lendas primitivas romanas, em que os romanos se diziam descendentes dos troianos. Como Augusto se tinha por descendente de Enéias, Virgílio escolheu essa personagem para “contentar o amor-próprio de Augusto”. Assim, a Eneida funda-se em lendas, “não em um fato histórico como o da <i>Ilíada</i>, ou da <i>Odisseia</i>”. O resultado da <i>Eneida</i>, para Pereira da Silva, ficara distante de Homero. O assunto escolhido era “inferior” e “lhe faltava a inspiração grandiosa, o pensamento sublime de Homero”. Contrasta a vida rica e tranquila de Virgílio com a pobreza de Homero, afirmando que Homero revelava “tudo quanto sabia”, enquanto a Virgílio faltava a “exatidão das pinturas, a exatidão dos usos dos povos” e desconhecimento dos assuntos abordados, como a guerra. Enquanto “em Homero maravilham-vos os caracteres completamente distintos, reais, naturais, ao vivo, das personagens”, Virgílio apenas pinta “com cores verdadeiras” Dido e Turno, sendo que “ambos são de imaginação, e não segundo a história”. O personagem principal, Enéias, “é um ente inconcebível, não mostra sentimentos de homem”. Os primeiros seis cantos são imitação da <i>Odisseia</i> e os últimos cantos são imitações da <i>Ilíada</i>. Por fim, afirma que entre “os homens de letras”, Homero é “universalmente, mais considerado e admirado”, por mais que Virgílio tenha sido mais aclamado devido à maior conservação do latim enquanto língua oficial cristã e europeia.

¹² *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 27-45

Conferência II (04/10/1874) Poesia épica – II – Dante Alighieri e Luiz de Camões ¹³	
Dante Alighieri	Luiz de Camões
Contextualização histórica: Retoma os acontecimentos históricos a partir de Roma, enfocando a situação da literatura para esboçar o momento histórico vivido por Dante Alighieri. Nessa perspectiva, os “povos bárbaros” são apresentados enquanto destruidores da cultura da “bela terra de Itália”. “As trevas começavam a cobrir o mundo ocidental; os restos de ciências e letras encontravam apenas abrigo nos conventos”. Os “árabes” são a “nova raça” que sucede aos romanos “nas letras, nas ciências e nas artes” a parti de “crenças religiosas inspiradas pelo profeta Maomé”. Sua expansão é parada pelos franceses. Disputavam o poder na Itália “o papa” e “o imperador germânico”. Biografia: Dante une-se ao partido guelfo, o mesmo do pontífice romano, torna-se “guerreiro”, depois diplomata e “um dos magistrados supremos de Florença”. O partido guelfo divide-se em dois grupos: “Dante sustentava os brancos; o papa protegia os negros”. Com o auxílio do príncipe francês Carlos de Valois, Dante é condenado ao desterro e à morte. Dante muda de partido, alia-se aos gibelinos, ao lado do imperador da Alemanha e batalha contra seus amigos. Após vagar pelo norte da Itália e por Paris, decide escrever um poema. Diante dos diversos dialetos disponíveis, além do próprio latim, idioma “preferido pelos sábios e literatos”, opta por escrever na língua italiana buscando atingir mais o povo italiano do que aos “ânimos cultos”. Decide chamá-lo de “Comédia” por sua característica de transformar “desgraças” em “felicidades”. Por seu tema religioso, é chamada de <i>Divina Comédia</i> pela população. Poema épico? Pereira da Silva primeiro questiona a obra enquanto poema épico a partir dos critérios estabelecidos na primeira conferência. Embora distinga-se de Virgílio e Homero pelas rimas, uma característica dos povos árabes que “tinham criado a rima para tornar o verso mais harmonioso e musical”, pelos episódios “variados e múltiplos” e na “admissão de todos os gêneros de poesia, empregando ora o lírico, ora o satírico, ora o elegíaco, ora mesmo o trágico, o poema compreenderia “todas as condições da epopeia”: “Grandioso no fundo”, “descreve (...) vários fatos históricos”, “emprega o maravilhoso com singular descrição”, “sustenta o interesse” e “tem unidade de ação e de pensamento”. Por unidade de ação Pereira da Silva resume a narrativa “viagem do poeta pelo inferno, purgatório e paraíso” e por unidade de pensamento, o conferencista aponta para “a pintura da Itália”, sendo um “estudo enciclopédico de sua época”. Comparação com as demais produções literárias anteriores a Dante. Recepção: Anedotas e alterações na sentença de Dante após a circulação de cópias de seus cantos, recusa de Dante a confessar-se culpado e falecimento, em 1321. A Divina Comédia: Para “pintar a outra vida do homem”, Dante “aproveitaria” “todas as crenças, e superstições religiosas populares do seu tempo, da teologia escolástica (...), serviu-se dos contos e lendas da época.” Menção à paixão de Dante pela jovem Beatriz, que morrera jovem, “afeição espiritual” a partir da qual elabora o início de seu poema em a moça o ajuda a “percorrer livremente”, seguido pelo poeta Virgílio, o inferno, o purgatório e o paraíso. Os versos do inferno são enérgicos. Descrição dos habitantes dos diferentes níveis do inferno, com forte presença de povos pré-cristãos. Destaque para a “inspiradora” cena em que Francisca de Rimini confessa “o amor a que não pudera resistir” e a prisão do conde Ugolino que atinge “um horrível sublime”. Descrição dos níveis do purgatório, onde encontra seus contemporâneos, e do paraíso, onde Beatriz o conduz pelo Éden. Em meio ao seu passeio, Dante dedica hinos à Itália, desejando vê-la unida e a Florença, lamentando o seu desterro. Desfecho: Acusam o poema quanto a “obscuridade dos cantos”. Pereira da Silva as atribui “às ideias da época (...) em que predominava a escolástica dos padres da igreja (...) e à instrução de Dante (...), profundo teólogo.”	Biografia: Pereira da Silva destaca, inicialmente, que Camões pertencia a uma família “nobre, ainda que pobre”. Em seguida, Camões entra na universidade de Coimbra, onde divertia os estudantes com cantos e sonetos. Formado, consegue emprego para atuar como fidalgo na corte de D. João III em Lisboa. Contextualização histórica: Interrupção na biografia para descrever a situação de Portugal no período: ganha importância na Europa após “seus descobrimentos na Ásia, América e África”, quando “espalha a religião católica”. Recapitulação do crescimento do território português, de um “pequeno condado” a pequeno reino, ganhando terreno dos mouros ao sul e estabelecendo colônias na África, na Ásia e na América. Biografia: Famoso por suas poesias de amor que circulavam entre os portugueses, Camões é intimado, em 1550, a retirar-se em Riba-Tejo e perde seu emprego na Corte. Ali, o poeta escreve poemas de amor para Natercia que, segundo os biógrafos, seria um anagrama de Catharina de Athayde – a razão de seu desterro – uma Dama da corte de família nobre e aristocrática por quem Camões enamorara-se. Receoso das consequências que esta paixão poderia trazer, o irmão de Catharina recorre ao rei. Camões seguiria, então, para Ceuta, alistado para batalhar contra os mouros. Em combate, perde o olho direito e retorna a Lisboa, em 1552. Sem obter recompensas por seus feitos durante a guerra, também encontra Catharina morta e, em 1553, parte para a Índia ao lado de outras três naus. A sua nau é a única a resistir. Camões participa do serviço militar em Goa, depois segue para a costa da Índia, da China e se estabelece em Macau, local em que teria escrito <i>Os Lusíadas</i>. Ao retornar para Goa, anos depois, seu navio naufraga e, a nado, salva apenas o seu poema, conforme relatado em <i>Os Lusíadas</i>. Conseguiria regressar a Lisboa em 1570, carregando apenas cicatrizes. Em 1572 publica a sua epopeia e D. Sebastião o premia com uma pensão de quinze mil reis anuais, sendo compelido a renová-la a cada três anos, além de residir, obrigatoriamente, na corte. A pensão, de acordo com Camões, não lhe era paga. Em miséria, habita um casebre com Jaú, seu antigo escravo, a quem chamava de Antonio. Antonio pedia esmolas nas ruas de Lisboa para sustentar Camões. Quando Portugal é derrotado em Alcacer-Kibir, Camões falece e é enterrado sem pompas em uma sepultura da igreja de Sant’Anna, que seria destruída em um terremoto no século XVIII. Situação da língua portuguesa: Recapitulação da formação da língua portuguesa, cuja base fora o idioma galego. Na época de Camões, o português fixa-se literariamente com Gil Vicente, Bernardim Ribeiro e Vasco da Lobeira. Os literatos aproximam a língua do latim e a difundem pelo povo. Camões teria “civilizado” a língua, mostrando que “ela se prestava perfeitamente a todos os gêneros de poesia”. Os Lusíadas: Palavras, rimas e frases são “apropriadas”. Pereira da Silva destaca o caráter transformativo das línguas, sendo construída indefinidamente pelas gerações. Em seguida, o conferencista justifica o caráter de epopeia do assunto escolhido por Camões. Primeiro identifica o que considera épico nas outras cinco epopeias que julga superiores. Quanto a <i>Os Lusíadas</i>, julga épico a realização de viagem por mares inóspitos em busca de novos mundos com o objetivo de dominar, enriquecer e propagar a religião católica. Por essas razões, trata-se mais de um assunto europeu. Sendo Portugal uma nação pequena, os feitos foram valiosos para o futuro de seu continente e sua tarefa mais difícil que a dos Cruzados. A tarefa de salvar Jerusalém não seria superior à tarefa dos navegadores lusitanos pois, “a conquista das Índias pelos portugueses” trouxe “desenvolvimento moral e material” para a humanidade e “recursos para a prosperidade da Europa”. Pereira da Silva destaca o “entusiasmo patriótico” de Camões, quando se inicia uma série de aplausos e falas de aprovação do público. Faz-se

¹³ Conferências Populares, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 35-58.

	um resumo da narrativa, com destaque para as descrições de mares, terras e costumes. Em seguida, alguns episódios históricos do poema são elencados, assim como o tom melancólico predominante na narrativa e as ideias avançadas derivadas de conhecimento da administração pública. Recepção: A língua portuguesa é pouco conhecida na Europa, mas Camões fora traduzido “em todas as línguas faladas da terra”. Comentário final: Pereira da Silva afirma Portugal e Brasil têm a mesma origem, ascendência e raça, que são irmãos e, portanto, Camões pertence aos dois povos.
Conferência III (11/10/1874) Poesia épica – III – Torquato Tasso¹⁴	
Torquato Tasso	
Finalidade das Conferências: Pereira da Silva afirma que o objetivo das conferências sobre poesia épica não era esboçar a vida de poetas ou analisar as suas obras, mas “apreciar o que seja poesia épica, e demonstrar o quanto ela é distinta e superior aos outros gêneros de poesia”, como a lírica e a dramática. A poesia épica seria capaz de elevar por se concentrar em um fundo histórico importante, “rodeado de episódios maravilhosos, sob o regime das grandes leis simétricas”, “não lhe escapando nem a instrução nem o maior grau de imaginação, quer na descrição, quer no desenho, quer no colorido, quer na melodia, quer na magnificência, quer no grandioso”. Compara a epopeia com a arquitetura do Coliseu e da igreja de S. Pedro: “massas gigantescas, tão harmonicamente colocadas, proporções grandiosas, mas ajustadas entre si (...) um todo igual, completo, perfeito (...) todas as partes admiráveis por serem ligadas e entrelaçadas”. Compara, também, com “o gigantesco monumento do juízo eterno de Miguel Ângelo”. Biografia: Nascimento em 1544, em Sorrento. O pai, poeta e militar, exilado e perseguido, levou o filho Torquato para educá-lo no exterior, separando-o da mãe e dos irmãos. Contextualização histórica: A Itália estava dividida, cada pequeno Estado possuindo a sua própria corte, todas rivais entre si, buscando exibir-se e distinguir-se por meio de patrocínios culturais e proteção das artes. “Cativa” de diversos povos “ambiciosos”, a Itália buscava vencê-los desenvolvendo as letras, as artes e as ciências. Biografia: Afonso II de Ferrara, da casa de Este chamou o jovem Torquato Tasso, conhecido por várias canções, odes e um poema romanesco, para servir à sua Corte, pagando-lhe uma pensão e cedendo-lhe aposentos no palácio. As suas duas irmãs o acompanharam. Aos 31 anos de idade, Tasso concluiu seu poema sobre a libertação de Jerusalém e dedicou-o, em 1575, a Afonso de Este. Jerusalém Libertada: Esta epopeia teve como predecessor <i>Os Lusíadas</i>, referido com louvor por Tasso, e diversos poetas italianos que buscavam elaborar poemas sobre fatos históricos, sendo Ariosto o mais destacado. Tasso conseguiu se separar do que Pereira da Silva chama de “esta escola” e realizou um poema que lhe trouxe honra e estima. O conferencista especula que a juventude infeliz pode ter formado o seu caráter ou que a sua imaginação fosse excessiva. Sem “o equilíbrio necessário com outras faculdades do espírito, e tudo o que na organização humana não é harmonia é desordem”, Tasso deixava seus sofrimentos íntimos atuarem sobre seu ânimo.	
Conferência IV (18/10/1874) Poesia Épica – IV – Milton¹⁵	
John Milton	
Biografia: Pereira da Silva aponta para a importância do local de nascimento para a formação do “espírito poético”. A natureza da Inglaterra, onde John Milton nascera em 1608, era diferente da encontrada na Europa. Haveria uma confluência do “espírito” do poeta com o aspecto frio e nebuloso da ilha. Milton fora educado pelo pai. Aos 30 anos, conhecia e falava todas as línguas “modernas e vivas”, sendo “um dos mais ilustrados vultos ingleses nas ciências filosóficas e políticas. Milton foi para a França, depois Itália, onde procurou a prisão de Tasso e de Galileu, escrevendo em seguida, uma crítica ao regime eclesiástico que “admitia as letras e artes para ornamento, mas nem as ciências tolerava”. Contextualização histórica: A literatura inglesa começara no século XVI. A Itália “marchava na dianteira” países como Espanha, Portugal, Inglaterra e França. Até Milton, a Inglaterra possuía uma literatura inferior, com exceção do gênero dramático, em que dominava Shakespeare. Ao saber da revolução que se passava na Inglaterra, Milton regressa a Londres buscando entrar na batalha por meio de seus escritos. Milton coloca-se ao lado dos presbiterianos, publicando panfletos “sustentando os direitos do povo e do parlamento contra as pretensões da coroa”, suscitando princípios “a respeito das liberdades civis e políticas (...), devendo ser por este motivo considerado o precursor das ideias liberais”. Carlos I foi preso e condenado à morte. Milton aceitou o cargo de secretário latino a serviço da nova república. Comentário: Pereira da Silva afirma que Cromwell, “chefe dos adversários do rei” revelara-se “mais absoluto e mesmo despótico que os antigos reis”. A partir desse fato, afirma que a revolução não é um direito e que muitas vezes é a “origem de grandes calamidades e da ruína geral dos povos”, sendo preferível “meios pacíficos e regulares (...) dentro da esfera legal”. Pergunta, então, como Milton, defensor de doutrinas “de liberdade”, tornara-se “fanático” de um déspota como Cromwell. Biografia: Milton escreve um panfleto “lançando injúrias à memória do rei” e “insultou-lhe a família e a honra”. Embora “notáveis pelos princípios liberais”, os panfletos estavam “repletos (...) de incentivos revolucionários”. Com a morte de Cromwell, Carlos II volta para a Inglaterra sem resistência, deixando ao parlamento a tarefa de punir seus adversários. Milton recebe ordem de prisão, mas é salvo por Davenant, poeta monarquista que ajudara durante o governo Cromwell. Desprezado pela nova geração, solitário, Milton refugiou-se em sua família, sobrevivendo com a publicação de obras que ditava para as filhas. Aos 59 anos compõe <i>Paraíso Perdido</i> e apenas um livreiro compra-lhe a propriedade por um valor irrisório. O poema é publicado e praticamente ninguém o lera. Sete anos depois, Milton morre em 1674, com 66 anos, ao lado da família: pobre, abandonado e desprezado pelos compatriotas. Paraíso Perdido: Diante de um assunto grandioso como a criação do mundo, Milton o teria julgado “superior a uma tragédia, digno de um poema épico”.	

¹⁴ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 03, mar. 1876, p. 25-41.

¹⁵ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 03, mar. 1876, p. 42-57.

Comentário: Ao citar a idade com que Milton compusera seu poema épico, Pereira da Silva faz um elogio às “inspirações poéticas da velhice”, em oposição aos “arroubos da mocidade”. Com o “aperfeiçoamento” da imaginação obter-se-ia a ordem, o método, o gosto, a simplicidade “que é o que mais vezes toca no sublime, ferindo a corda própria da harmonia e da verdadeira graça”.

Paraíso Perdido: Não há um grande fato histórico “ornado de maravilhoso”, mas “o grande quadro da criação do mundo, segundo as santas escrituras, com o aparelho do maravilhoso cristão, que é o mais belo de todos”. Pelo seu caráter menos “nacional”, o poema de Milton seria de superior interesse. Há poucas personagens: Deus, seu filho, Rafael, Miguel, Satanás, Adão e Eva. O poema começa com Satanás acordando no meio de um lago de fogo. Ele chama os outros anjos decaídos e anuncia que Deus criará um novo mundo e uma nova raça. Decididos a vingar-se de Deus, descobrem o Paraíso. Deus percebe o plano de Satanás e seu filho se oferece para salvar a humanidade. Rafael alerta Adão sobre Satanás e o aconselha a resistir ao amor que sente por Eva. Eva ouve a conversa e Adão segreda-lhe sobre a árvore da sabedoria. Satanás percebe que Eva domina Adão e se transforma em uma serpente para instigar Eva a comer o fruto proibido. Pereira da Silva elogia a cena em que Eva apresenta o pomo a Adão. Estando Eva já perdida, pois comerá do pomo, Adão se sacrifica e o come também. Deus envia Miguel para anunciar a desgraça do casal e da humanidade.

Com exceção da primeira conferência, em que expõe a sua visão de “poesia” e alguns conceitos-chave em sua visão do gênero, como o de “gênio” e “imaginação”, Pereira mantém uma estrutura fixa: contextualização histórica do local em que a epopeia fora produzida, biografia do poeta, exame da obra. Esta estrutura, por sua vez, tem em sua base os conceitos esboçados na primeira conferência, que podemos visualizar mais claramente quando Pereira da Silva finaliza a sua análise de Homero: “Eis aí, minhas senhoras e senhores, o que era Homero, o que era o seu gênio, o que era a sua imaginação!”¹⁶

Seu objetivo parece ser bastante didático, sistemático, normativo, utilizando conceitos estabelecidos pelos tratadistas clássicos fundamentados na relação entre criação e genialidade. A sua visão da poesia épica dá seguimento à tradição iniciada por Aristóteles, em que o interesse estético-teórico da representação da realidade incluía um estudo sistematizado dos gêneros – uma visão bastante diferente da proposta por Platão, por exemplo, cujo viés prático-político-pedagógico investigava o discurso poético de Homero enquanto transmissor cultural. Mesmo a sua exposição nas conferências se assemelha à *Poética* aristotélica uma vez que o filósofo grego examina, inicialmente, a tragédia e a epopeia e, em seguida, indica algumas considerações acerca das relações entre ambos.¹⁷ Como pode-se apurar pelo resumo no início desta seção, também Pereira da Silva foca no grau de seriedade da ação privilegiada pelo gênero épico, na unidade da ação e na comparação com os demais gêneros poéticos. Quanto aos conceitos utilizados, seja o de “belo”, de “verdade” ou de “alma”, todos refletiam a visão de mundo predominante no período, uma vez que eram centrais entre poetas e críticos do século XIX. Seria somente com a publicação de *O nascimento da tragédia*, de Nietzsche, que esta perspectiva começaria a modificar-se.¹⁸

¹⁶ Idem, p. 39.

¹⁷ ARISTÓTELES. *Poética*. Trad., pref., introd., com. e apêndices de Eudoro de Sousa. - 7ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

¹⁸ “*O nascimento da tragédia* constitui de certo modo o único livro em que Nietzsche se volta inteiramente a temas via de regra abrigados pela Teoria da Literatura e pela História da Literatura. O impacto e a originalidade de suas conclusões foram tais, que obrigaram doravante os pensadores da Poética e da Estética a levarem-nas em conta, posicionando-se contra ou a favor delas, mas jamais ignorando-as.” ZILBERMAN, Regina. “Nietzsche e a história da literatura” in: *Cadernos Nietzsche*, São Paulo, v. 2, 1997, p. 68.

Conforme o escopo deste artigo, não iremos nos basear nestes conceitos para avaliar a sua apresentação do gênero épico. Como Fausto Cunha alerta, há um perigo de interpretar fenômenos linguísticos “à luz da semasiologia contemporânea, como se não integrassem um sistema cuja base é o perene evoluir”¹⁹. Por exemplo, o conceito de gênio, mesmo dentro do período romântico, possuía diversos usos e significados:

“Gênio”, em linguagem romântica, não está ligado ao conceito de genialidade, de caracterização muito mais recente. Existia, é lógico, a acepção que hoje lhe emprestamos. Não, porém, necessariamente. Também na França, de onde importamos diversas peculiaridades prosódicas e lexicográficas, a palavra surge como expressão atenuada de “capacidade poética”. (...) Significava, entre nós (...), inspiração, talento criador, vocação, engenho (no sentido clássico). (...) Na prosa do Romantismo brasileiro, sobretudo na prosa crítica, a palavra surge com exaustiva frequência. (...) Aparece amiúde como sinônimo de poeta.²⁰

Este tipo de investigação demandaria uma proposta diferente de artigo. Diante de nosso objetivo primordial, centrado em uma publicação-evento, a análise ideológica se torna um risco quando não executada com respeito às peculiaridades do autor e da época. Interessa ao artigo, por outro lado, compreender os traços fortes da exposição de Pereira da Silva, mais facilmente visualizáveis com o resumo e com a tabela apresentada: a sua classificação categórica, imutável, o estilo definitivo que caracteriza a sua didática e como os comentários aparecem em meio a estas análises cercadas por um modelo de exposição repetido e seguido praticamente à risca.

Pela vinculação de Pereira da Silva com o campo da historiografia, tanto em sua produção quanto no trecho que iremos analisar, a nossa proposta terá como base a leitura dos processos de “taxonomização literária” exposto por David Perkins em “História da literatura e narração”:

As classificações literárias têm sido determinadas principalmente por seis fatores: a tradição, os interesses ideológicos, as exigências estéticas para escrever uma história da literatura, as afirmações dos autores e seus contemporâneos sobre suas afinidades e antipatias, as similaridades que o historiador da literatura observa entre autores e/ou textos, e as necessidades da carreira profissional e a política de poder nas instituições.²¹

A respeito do “comentário” do historiador literário, Perkins aponta para um “desejo do historiador literário de nos persuadir (e a si mesmo) de que a explicação apresentada é correta”.²²

Atentaremos a estes aspectos em nossa análise.

¹⁹ CUNHA, Fausto. *O Romantismo no Brasil: De Castro Alves a Sousândrade*. Rio de Janeiro, 1971, p. 88.

²⁰ Idem, p. 89-90.

²¹ PERKINS, David. *História da literatura e narração*. Porto Alegre: PUC-RS, 1999, p. 39.

²² Idem, p. 22.

4 Pereira da Silva apresenta a poesia épica ao seu público

Examinemos o início da primeira conferência sobre poesia épica de Pereira da Silva, proferida diante de seu público a 20/09/1874 e reproduzido em *Conferências Populares* sob o título “Poesia épica – I – Homero e Virgílio” em janeiro de 1876. Nessas poucas, porém significativas linhas, é possível abarcar diversos aspectos essenciais relativos à forma de exposição de Pereira da Silva que nos permitem alcançar algumas tensões presentes em sua fala/texto:

Senhor, senhora, minhas senhoras e senhores. Demos trégua, por algum tempo, aos estudos de história. Troquemo-los hoje por um rápido passeio através dos jardins encantadores da poesia.

A variedade deleita. A concorrência de tão seletos auditórios neste recinto, provém não só de que ocupam a tribuna oradores diferentes, como estes tratam de assuntos variados e diversos. Permiti-me, portanto, que não vos ocupe os momentos presentes com as considerações começadas acerca da história das colônias americanas, mas com outro objeto, não tão instrutivo, de certo, nem tão severo, mais agradável aos sentidos todavia, mais risonho ao espírito. Perdoai-me se não corresponder neste novo campo à vossa expectativa e curiosidade como pela animação e aplauso, com que me honrastes, quando em outras ocasiões ocupei a tribuna, suponho que vos ganhara a atenção e simpatia.

Conversando sobre poesia, tendes direito a perguntar-me o que ela é, e o que constitui. Mas eu não posso, e nem sei que ninguém possa defini-la.

Poesia não se define – sente-se. Nasce-se poeta, não se aprende a ser poeta. (Muito bem.)²³

Antes de entrar na temática de sua conferência, Pereira da Silva faz um preâmbulo em que discute com seu público assuntos relacionados ao seu papel no evento. A familiaridade do diálogo remete a uma figura professoral, diante dos alunos, lembrando os tópicos da aula anterior, apresentando o assunto do dia com certo mistério, esclarecendo eventuais dúvidas. E, de fato, este será o tom das demais conferências, familiar: o conferencista diante de um público acostumado a aplaudi-lo e um público entusiasmado para aprender com o seu conhecido mestre.

A transcrição da primeira conferência de Pereira da Silva sobre poesia épica, contudo, apresenta uma mudança importante nessa relação entre orador e plateia. Os “estudos” de outrora foram “trocados”, indeterminadamente, por “outro objeto, não tão instrutivo”, a poesia. A comparação inicial entre objetos estabelece uma hierarquia entre os assuntos sérios e os agradáveis. Se a História requer severidade, a poesia-jardim pede apenas contemplação, diferenciação reforçada com o uso da palavra “trégua”, indicando a suspensão de uma batalha e o início de um período de descanso. Como a mudança aparenta demasiado brusca, Pereira parece buscar acalmar os ânimos, além de justificar-se. Primeiro, indica que o passeio será

²³ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 27-28.

“rápido”, depois, chama a atenção para a “variedade” de assuntos e conferencistas, responsável pelo sucesso do evento. E nada mais será dito sobre a sua mudança de rumo enquanto conferencista. Mesmo após as suas conferências quatro sobre poesia épica, Pereira da Silva conduzirá seu fiel público por um passeio um pouco mais demorado pelos bosques da poesia dramática.

Se as suas “considerações começadas acerca da história das colônias americanas” receberam alguma espécie de veto ou rejeição do público, não foi possível descobrir. Pela continuação do texto, todavia, nota-se que o público, sem demora, reagiu positivamente ao início de sua nova exposição. A reação marcada pela expressão “muito bem!” ocorre após um comentário em que Pereira da Silva define o poeta por seu nascimento, não por seu esforço. Essa rápida reação, após privilegiar-se o nascimento em vez do trabalho, diz algo sobre o público das conferências, sobre a sua nova escolha temática e sobre a sua visão de educação, como se verifica na sequência de sua exposição, quando trata, especificamente, da poesia.

Após determinar o caráter indefinível da “poesia” ao seu público, Pereira da Silva afirma que a poesia emanaria da “imaginação” do “espírito”, uma faculdade criadora, de onde surgiria o “gênio”. Desta maneira, ao afirmar que a poesia “não se define, sente-se”, Pereira propõe que o ser humano que sente a força da poesia em seu “gênio” criador, necessitaria aprender a controlá-lo, de modo que não se tornasse apenas uma “sublime loucura”. Assim, Pereira destaca o papel essencial da educação para “ser poeta”. Por meio da instrução, é possível adquirir, e então aperfeiçoar, o “gosto”, espécie de bom-senso destinado a limitar o alcance da criação. Ao traduzir o “voo do gênio”, ao reproduzir os pensamentos, o poeta precisaria encontrar imagens, sons e melodias “convenientes”, para conservar “a ordem” e a “regularidade”.

Mais do que fim em si mesma, a temática da poesia épica vem de encontro com os objetivos do evento e do momento histórico vivido. Se, por um lado, a figura do historiador garante reflexões gerais a partir da visão dos vitoriosos, a figura do poeta permite que Pereira da Silva faça as mesmas reflexões, com o adicional de poder apresentar o poeta como figura diferenciada por nascimento, aperfeiçoada por uma educação que lhe garante um gosto pela conveniência e pela ordem.

Investiguemos estes aspectos.

5 Pereira da Silva e o respeito do público

A admiração e respeito do público diante da figura de Pereira da Silva, são rapidamente verificáveis ao apresentarmos a sua trajetória. Seus escritos e as manifestações na imprensa a seu respeito, permitem-nos entrever um intelectual e político influente que “ajudou a formar a mentalidade de seu tempo”²⁴

João Manuel Pereira da Silva nasceu na vila de Iguaçu, a 30 de agosto de 1817. Estudou Direito em Paris entre 1834 e 1838, período em que participa do grupo composto por Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Francisco Torres Homem. Ao lado deste grupo, responsável pela revista “Niterói”, publica “Estudos sobre literatura”, no segundo volume da revista. Ao regressar ao Brasil, Pereira da Silva foi responsável pela publicação em prosa das primeiras narrativas de ficção da literatura brasileira, como a novela “Religião, amor e pátria”, de 1839, e das primeiras historiografias literárias com “Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira”, ao que se seguiu a compilação em dois volumes de *Parnaso Brasileiro* (1843 e 1848), a antologia de biografias em *Plutarco Brasileiro* (1847), que na segunda edição, de 1857, chamou-se *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, além de vários livros sobre a história nacional como *História da fundação do Império brasileiro*, publicados entre 1864 e 1868 em sete volumes e de um livro de memórias políticas chamado *Memórias de meu tempo*. Além destas obras, Pereira da Silva atuou em diversos gêneros, como a crônica humorística, poesia, estudo sobre poesia e relato de viagem (*Variedades literárias*, primeiro volume de *Obras literárias e políticas*, de 1862), em que, também, registra a sua avaliação de acontecimentos importantes presenciados na Europa.²⁵

Pereira da Silva também era uma figura recorrente na política brasileira. A partir de 1844, elege-se para a Câmara dos Deputados, a primeira vitória das onze que conquistaria pelo Partido Conservador, em quinze disputas. Pereira da Silva também presidiria a Província do Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa carioca e, em 1887, após ser incluído em duas listas tríplices, seria nomeado pela regente Princesa Isabel para a casa vitalícia do Parlamento. Faleceu em 16 de janeiro de 1898.

A sua trajetória política dentro do partido conservador reflete em sua participação nas Conferências populares da Glória. Em *Memórias do meu tempo*, podemos verificar como ele interpreta o período em que participou dos eventos ocorridos entre 1872 e 1875:

²⁴ ZILBERMAN, Regina. “O reconhecimento de Pereira da Silva”. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 5 – 1: 5 – 6. 1999.

²⁵ ZILBERMAN, Regina. Idem.

Vivia-se já por fim em um redemoinhar de gozos literários, agradável, suave, e auspicioso; excitavam-se e alargavam-se as inteligências com a rivalidade e a concorrência dos talentos, e com os aplausos do público.

Revelava-se o Imperador estremecidamente interessado aos progressos morais e materiais do país, visitava escolas de ensino, animava a cultura das ciências, das letras e das artes, comparecia às conferências que se efetuavam no edifício público da freguesia da Glória, e às sessões do Instituto Histórico e Geográfico (...).²⁶

Os aplausos do público, mencionados em sua primeira conferência como reação à sua competência enquanto conferencista, são aqui referidos em associação com o período político do início dos anos 1870. Pereira da Silva busca demonstrar o valor político e, em especial, moral, do “antigo regime”, caracterizado pelo “espírito de cavalheirismo” e pela “generosidade pública”. Ele também responsabiliza as legislaturas liberais, de 1879 a 1885, pela propagação de ideias causadoras de tensões significativas para o abalo do Império, em especial por incentivar e permitir a abolição da escravatura sem indenização aos proprietários, ideias que as Conferências Populares da Glória buscaram enfrentar. Vejamos como estas ideias eram expostas no evento e como elas podem se relacionar com as ideias que esboçamos: a positivação do nascimento ante o trabalho e a relação da educação com o aperfeiçoamento de um “gosto” guiado pela “ordem”. Para entendê-las, contudo, antes, é preciso compreender quais são as ideias que o evento combatia e o público que representava.

6 O surgimento das conferências populares enquanto prática de transformação social

A histórica vinculação da prática das conferências populares com o campo da educação parece estar na origem de sua reaparição no século XIX:

Já no século XVI, Montaigne destacava o papel educativo e formativo de uma conferência, como espaço de *permuta das luzes e ideias*. No século XIX, as conferências disseminam-se como uma estratégia de educação e de vulgarização do conhecimento. Caracterizam-se pela reunião de pessoas interessadas em ouvir e/ou discutir temas da atualidade. Integram-nas professores ou outros intelectuais, figuras proeminentes. (...)

Alguns autores consideram essa modalidade tão antiga como a própria escola. A Prússia parece ter sido a primeira a instituí-las. Na França, há uma primeira referência em 1829, mas é a partir de 1835 que se generalizam, sendo suspensas em 1849. Recomeçam em 1871 e generalizam-se em 1878. No Brasil, o decreto n. 1331, de 17 de fevereiro de 1854, que regulamenta a instrução primária e secundária do Município da Corte (reforma Couto Ferraz), cria as conferências pedagógicas (art. 76), mas as mesmas só ocorrem a partir de 1873.²⁷

²⁶ PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 454. Em última instância, *Memórias do meu tempo* parece ser uma tentativa de Pereira da Silva de definir-se como o verdadeiro intérprete do período de Dom Pedro II, destacando suas virtudes e atacando o regime que o sucedeu.

²⁷ BASTOS, Maria Helena Camara. “As conferências pedagógicas dos professores primários do município da Corte: Permuta das luzes e ideias (1873-1886?).” ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003, p. 1. Disponível em: <https://url.gratis/Q15PX0>. Acesso em: 20 out. 2020.

As Conferências Populares da Glória estreiam em 1873 em aparente vinculação com o decreto n. 1331, em prol da instrução primária e secundária do Município da Corte. Se por um lado, o evento manteve o vínculo histórico com a “vulgarização da educação”, também seguiu o modelo utilitarista das “conferências populares” desenvolvido pelas elites europeias, como se pode notar em menções ao termo na imprensa brasileira²⁸. Assim, as conferências populares buscavam uma transferência de conhecimentos pontual por parte de um Estado interessado no aprimoramento de um setor específico da sociedade, no caso, o da instrução pública.

Tanto a estreia do evento em 1873, quanto o seu formato, dialogam diretamente com a utilização dessa poderosa ferramenta de instrução pública por grupos de oposição política, como os vinculados à “questão social”²⁹, críticos à escravidão e à participação brasileira na Guerra do Paraguai. Durante as suas passagens pela Europa, jovens estudantes brasileiros de viés abolicionista, observaram a prática das conferências populares associadas a movimentos políticos emancipadores.³⁰ Resultaram dessas observações conferências que buscavam não

²⁸ Como a reprodução de um artigo de Jacques Valsérres, publicado originalmente em 1854 no jornal francês *Journal des Débats*: para aproveitar o potencial dos campos da Normandia, os proprietários precisariam conhecer as vantagens de sistemas como a drenagem e do uso de pontes. Assim, por meio de “conferências populares nas comunas rurais”, oradores especializados nestas áreas do conhecimento poderiam instruir os proprietários por meio de cursos teóricos e práticos. VALSERRES, Jacques. Exposição agrícola do Sena-Inferior. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 78, 19 mar. 1855. Exterior, p. 2.

²⁹ A expressão “questão social” passou a ser difundida pela Europa em meados do século XIX, buscando evidenciar e enfrentar a pauperização da classe proletária. Apropriada pelo pensamento conservador na segunda metade do século XIX, contudo, a expressão foi naturalizada para dar suporte aos discursos de viés reformista. (SILVA, José Fernando Siqueira da. *Serviço Social: resistência e emancipação?* Tese de Livre-Docência Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010, p. 32) Deste modo, por cinquenta anos, o desenvolvimento da ideia de “identidade nacional” ocorreu em conjunto com certa apropriação interna da “questão social” discutida mundialmente, até que, nas décadas finais do Brasil imperial, a estrutura da sociedade brasileira passou a ser examinada, interrogada e discutida com mais veemência. Os críticos vinculados à “questão social” expuseram a escravidão e a grande propriedade territorial enquanto os pilares que amparavam a estrutura social brasileira e procuraram desestabilizá-los. (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*. [S. l.]: Difusão Europeia do Livro, 1975. v. 3, p. 16) A manutenção da estrutura social por D. Pedro enfrentou, primeiramente, a resistência dos escravizados, com rebeliões, assassinatos, fugas e revoltas populares. Posterior, e lentamente, a população passaria a dar suporte às campanhas abolicionistas com a ajuda das associações de trabalhadores e da difusão de ideias oriundas da “questão social” em diversos suportes literários e grupos de atuação. (ALBUQUERQUE, Wlamyra. “Movimentos sociais abolicionistas.” In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 331) Essas associações abolicionistas passaram a empregar novas formas de mobilização coletiva, entre elas, a promoção de conferências em que apresentavam alternativas à monarquia.

³⁰ “O abolicionismo brasileiro aconteceu quando se inventava o próprio fenômeno *movimento social*.” ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 20.

mais atuar em conjunto com proprietários de terras, mas armar a população intelectualmente.³¹

O alcance e repercussão destas conferências seria maior, devido à atuação de Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça. No ano seguinte, após elaborarem e publicarem o Manifesto Republicano, eles direcionaram as conferências ao público em geral. Inicialmente, contudo, Bocaiúva operava as leituras públicas, outra “novidade” da época, semelhante às conferências populares.³² Se, por um lado, as conferências populares possuíam um caráter mais imediato, vinculado a uma mudança social emergente, as leituras públicas buscavam um entretenimento mais ameno, trazendo hábitos europeus e norte-americanos aos brasileiros.³³ As leituras de Bocaiúva são descritas enquanto “reuniões” e buscariam “despertar” o gosto popular por agrupamentos de caráter literário. No ano seguinte, porém, Bocaiúva também aderiria às conferências populares.³⁴

Eventos desta magnitude não passaram despercebidos nem foram ignorados pelos conservadores, atentos ao potencial de “doutrinação política” de tais falas públicas. Mesmo durante as “conferências radicais”, os liberais radicais já pressentiam que haveria uma disputa em torno destes eventos: “A iniciativa, que o país tem querido desenvolver, nessas conferências públicas, hoje com tanta pompa celebradas em prol de seus interesses e prosperidade, parece já atrair sobre si a nuvem negra da vingança imperial.”³⁵

³¹ “Abolicionistas que circularam pela Europa, como Rebouças e Borges, ouviram falar das conferências antiescravistas, da Sociedade Abolicionista Espanhola, fundada em 1865 em Madri, que criara eventos de inspiração secular (...) acompanhadas de manifestos, panfletos, petições (...)”. ALONSO, idem, p.128.

³² “As leituras públicas, tão apreciadas na Europa e na América do Norte (...) tão eficazes nos resultados que oferecem, instruindo e recreando ao mesmo tempo o espírito (...) vão talvez aclimar-se no Brasil ao esforço e à perseverança de alguns homens de letras (...). O nosso público não está talvez preparado para essa novidade; os nossos hábitos e a nossa educação divergem profundamente dos hábitos e da educação dos povos, onde as leituras públicas são introduzidas, e são preferidas com predileção ao teatro e a outros divertimentos”. LEITURAS públicas. *Diário do Rio de Janeiro*, São Paulo, ano 43, n. 174, 27 jun. 1863. Noticiário, p. 1.

³³ “O sr. Quintino Bocaiúva pretende fazer algumas leituras no teatro S. Luiz sob o título “As instituições e os povos do Rio da Prata”. Tendo estado ultimamente entre os nossos vizinhos, é de se esperar que o Sr. Bocaiúva, tão vantajosamente conhecido na república literária, com essas reuniões crê no nosso povo o amor da literatura, despertando-lhe o gosto por semelhantes reuniões tão úteis ao espírito, e em uso em outras capitais onde o amor pelas letras está mais desenvolvido do que entre nós.” LEITURAS públicas. *Diário do Rio de Janeiro*, São Paulo, ano 53, n. 179, 1 jul. 1870. Noticiário, p. 2.

³⁴ Noticiadas como “conferências populares”, uma “série de discursos com este título”, as falas iniciariam às 11:30 da manhã do dia 16 de abril de 1871, domingo, no teatro Phenix Dramática. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Conferências populares. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 54, n. 103, 15 abr. 1871. Noticiário, p. 1. O anúncio da segunda conferência fora publicado na sexta-feira, portanto, a dois dias da realização do evento, contudo, migrara para a última página do jornal, para a seção de anúncios, local de menos interesse e visibilidade. Desta vez, no entanto, o anúncio apresentava mais detalhes. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Conferências populares. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 54, n. 109, 21 abr. 1871. Anúncios, p. 4.

³⁵ O INDIVÍDUO e o poder. *Radical Paulistano*, São Paulo, ano 1, n. 7, p. 2, 31 maio 1869.

7 “Civilizando” o Brasil: o domínio das ideias

Em diversas falas, Manoel Francisco Correia explicitou as suas intenções com as conferências, permitindo-nos situar as falas sobre poesia épica de Pereira da Silva dentro de uma concepção econômica, política e social. Um dos principais pontos residia no vínculo de ambos com a monarquia. O apoio de D. Pedro II ao evento impedia-os de criticar abertamente o governo. Por exemplo, embora considerasse “lastimável” o estado da instrução pública, Correia justificava a situação atual pelo momento histórico brasileiro:

Mas se o estado de tal estado de coisas era compatível com o sistema de governo adotado, e com as limitadas funções públicas que os filhos do Brasil tinham que desempenhar, tornou-se absolutamente insuficiente depois da independência, em presença da nova forma de governo que assenta na liberdade, e de que goza com maior proveito o povo instruído.³⁶

Comumente diante do Imperador e de figuras expoentes do Império, Correia, pelo contrário, elogia o monarca, apoiador do evento: “Da proteção de Suas Majestades Imperiais não é lícito duvidar. Sua Majestade o Imperador tem o seu nome escrito em caracteres bem visíveis entre os mais solícitos promotores do desenvolvimento da instrução pública no Brasil.”³⁷

Diante da escassez de recursos públicos, Correia propõe que a iniciativa particular invista na educação, além de “promover a fundação de associações”, em nome do “patriotismo” e do “progresso”: “Por toda a parte encontramos o auxílio proveniente das contribuições patrióticas daqueles a quem a fortuna bafejou no berço, ou que a adquiriram no decorrer da existência.”³⁸ A estrutura das conferências populares está refletida neste pedido: inúmeros intelectuais, patrocinados pelo Imperador, “contribuem patrioticamente” com os seus conhecimentos buscando ajudar a levar a educação até o povo, o que redundaria no progresso do Brasil. O povo não poderia ser protagonista neste modelo que propõe a “salvação” de cima para baixo. A crítica dos periódicos quanto às “portas fechadas à população” era infrutífera na medida em que as conferências possuíam um propósito bastante específico, que Correia revela em sua conferência de 21 de novembro de 1875:

Fazem-se atualmente conferências com proveito dos estudiosos, não só em nossas cidades mais importantes, mas também em outras de menor população. Elas auxiliam poderosamente o notável movimento que se vai operando no glorioso empenho de elevar o nível intelectual do país.³⁹

³⁶ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 6.

³⁷ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 04, abr. 1876, p. 75-76.

³⁸ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 12.

³⁹ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 10.

Os próprios conferencistas se referem à tribuna ou ao seu papel enquanto orador de maneira reverencial. Affonso Celso Junior, por exemplo, em sua conferência sobre as “Exposições industriais” trata o seu lugar de fala por “tribuna ilustrada”: o orador precisaria possuir “todos os requisitos justamente exigidos” para ocupá-la.⁴⁰

Por vezes, porém, os conferencistas parecem indicar que acompanham, e mesmo sentem as críticas. Ao ponderar sobre as exposições industriais, Affonso Celso Junior parece, na verdade, referir-se às próprias conferências, justificando-as:

Como acontece a todas as inovações, contestarão os críticos a utilidade destas solenidades; censurarão-lhes não ser mais do que a vã ostentação de forças inutilmente consumidas, um luxo industrial, uma festa feita unicamente para satisfazer a vaidade nacional.⁴¹

Em outras, é Francisco Correia quem faz a reflexão, revelando que a continuação das conferências não era uma garantia:

Neste meu empenho a favor da manutenção das conferências há quem tenha querido ver a expressão de um sentimento de ambição pessoal. (...) Oxalá possa a minha voz desautorizada ser atendida, e não sejam estas conferências estéreis e improficuas, como muitos as qualificam.⁴²

As conferências, em si, por seu público e método de exposição dos temas, assemelham-se com uma instituição de ensino particular de “notáveis patriotas” a guiar indivíduos interessados no saber. O que, novamente, dialoga com as propostas de Correia: “O que desejo, e nesse sentido faço votos, é que algum dia, não muito afastado do presente, tenhamos estabelecimentos de instrução profissional e superior devidos unicamente aos esforços e patriotismo dos cidadãos.”⁴³

Contudo, outros motivos, mais imediatos, vão sendo revelados.

A ignorância é, pode-se dizer, uma enfermidade moral. As suas tristes manifestações se fazem sentir sob formas variadas, a que algumas vezes não é indiferente a questão sempre grave da ordem pública. O povo ignorante é presa às vezes de ambiciosos turbulentos.⁴⁴

Diante de um momento de crescimento do ideário republicano, de revoluções sociais em outros países, além do próprio crescimento do movimento liberal mais radical simbolizado pelas conferências radicais, Correia aponta para a ignorância enquanto o principal mal a ser combatido. “O mal da ignorância” seria o gerador de uma moralidade desvirtuada, que

⁴⁰ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 65.

⁴¹ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 81.

⁴² *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 110 e 112.

⁴³ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 39.

⁴⁴ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 10.

poderia tender, por exemplo, contra a monarquia por meio de agitações populares lideradas por republicanos, abolicionistas, entre outras forças sociais em crescimento no Brasil oitocentista. Para reforçar seu argumento, Correia recorre a situações em outros países em que a autoridade dos monarcas fora questionada, unicamente, devido à ignorância da população manipulada por ambiciosos.

Assim, no cerne de suas ideias, e da ideia da própria conferência, está o que ele chama de “garantia da ordem” e a situação de uma população em protesto é utilizada para exemplificar o que seria a desordem. Esta ordem, porém, não é apenas uma ameaça ao sistema de governo vigente, mas dialoga também com o medo da população em relação ao crescimento dos crimes: “está averiguado que com a difusão das luzes diminuem os crimes”.⁴⁵ Correia chega a utilizar a lógica para convencer seu público. Quando trata do ensino obrigatório questiona: “O que é bom para os ricos e remediados, como pode ser mal aplicando-se aos pobres?”⁴⁶ Como se viu, a “ordem” é o mesmo conceito ressaltado por Pereira da Silva em suas memórias e um dos pré-requisitos para a aquisição, por meio da educação, do bom gosto literário.

A proposta de ensino proposta por Correia, assim, estaria vinculada com um controle maior da população no que diz respeito às ideias: combatem-se as “ideias depravadas”, a ciência “enganadora” que prega “doutrinas subversivas” com “princípios da moral”. Somente, controlando “os desvios da razão”, ter-se-ia uma mocidade “idônea” e “aproveitável para os ofícios públicos”, “promovendo o culto de Deus, a dedicação para com os pais e para com a pátria, e o respeito e obediência à autoridade legítima”.⁴⁷ Este “utilitarismo” às vezes é confessado: “Mas não são somente motivos de utilidade que inspiram o desejo de trabalhar pela nobre causa da instrução popular”.⁴⁸

Desta forma, Correia apresenta o ensino público enquanto o meio mais eficaz para o Brasil progredir e para não regredir, a que tudo o mais depende: “(...) o maior ou menor acerto e fortaleza das ideias influi no progressivo desenvolvimento ou no atraso da sociedade. Tudo está em relação.”⁴⁹ Desta forma, as transformações ocorreriam através do pensamento, por reformas, sem o perigo das que se realizam “por meio da força” e “sem as lutas sangrentas”.⁵⁰ Uma das principais reformas seria a da escravidão, não imediata, mas paulatina. A abolição

⁴⁵ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 17.

⁴⁶ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 04, abr. 1876, p. 69.

⁴⁷ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 14.

⁴⁸ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 26.

⁴⁹ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 18.

⁵⁰ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 19.

deveria ocorrer em “respeito aos profundos abalos da transformação súbita na organização do trabalho”, o que está relacionado à manutenção da monarquia, pois “certos do sistema que há de reger o futuro, e que ninguém procura embaraçar, todos nós vamos preparando o dia de amanhã, cuja aurora, com o favor de Deus, há de raiar para todos”.⁵¹

Dentro das reflexões sobre a instrução pública, a escravidão também era indesejada devido à influência negativa que as crianças recebiam, assemelhando-se ao contato com professores ou livros⁵² subversivos:

Ainda há entre nós um elemento que contraria a educação doméstica, é o escravo. Comumente o menino sofre mais a perniciosa influência dessa aberração social que as meninas, porque sem contestação pais e mães da família prendem mais a atenção a estas de que àqueles (...).⁵³

Em “Educação da mulher – III”, o Conselheiro José Liberato Barroso amplia o “perigo” desta “ameaça”: “A escravidão corrompe a família, e ataca a sociedade em sua base.”⁵⁴

Os pilares ideológicos parecem bem definidos entre os conferencistas, seja por apoiarem a monarquia, seja porque o público a apoiava. Ao término de sua conferência sobre o darwinismo, por exemplo, A. C. de Miranda Azevedo, procura esclarecer que sua matéria “nada tem de assustadora, de revolucionária ou de antirreligiosa”, merecendo o darwinismo um estudo sério por “todos aqueles que amam o seu país”.⁵⁵ Mesmo a temática da instrução pública passa pelo crivo do receio de sublevação das classes trabalhadoras: “Havia muita gente honrada que acreditava ser perigoso instruir as classes inferiores da sociedade. Diziam que o país era interessado em mantê-las em completa ignorância para que não ficassem descontentes com a sua sorte. Esses tempos passaram.”⁵⁶

Entre as ideias mais claramente identificáveis a se combater, verifica-se o “materialismo”. Correia apresenta o “materialismo” em ascensão, passando uma ideia de perigo e temor: “As tendências para a aceitação absoluta do materialismo crescem”⁵⁷. A questão seria equilibrar as “ciências que apreciam a matéria” com “as que se ocupam com o espírito”. Na conferência “Riqueza intelectual”, Francisco Correia apresenta a questão a partir do ponto de vista universal: “A riqueza material partilha-se entre poucos herdeiros; a riqueza

⁵¹ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 20.

⁵² “As inclinações da mocidade se vão revelando nos livros que procuram de preferência. (...) Essa leitura pode ensinar-lhe o bem ou infiltrar-lhes o mal.” *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 09, set. 1876, p. 100-101.

⁵³ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 05, mai. 1876, p. 63.

⁵⁴ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 06, jun. 1876, p. 73.

⁵⁵ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 61.

⁵⁶ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 24.

⁵⁷ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1876, p. 24.

intelectual, derramada pela imprensa, conserva-se indivisa para patrimônio da humanidade.”⁵⁸ Esta “riqueza intelectual”, contudo, é uma riqueza mediada pelo filtro conservador. Mesmo o desenvolvimento da “inteligência” é criticado, pois “tende” a formar um ser humano “perverso”. Na conferência “Educação da mulher”, o Conselheiro José Liberato Barroso, ao defender o desenvolvimento da instrução pública no Brasil, relembra de sua atuação em 1864 na Câmara dos Deputados:

Assinalava eu então os perigos dessa política, que aplica a sua atenção exclusivamente aos interesses materiais da sociedade, abandonando os interesses morais, sobre os quais unicamente se pode firmar a ordem de uma sociedade bem constituída.⁵⁹

No caso de Liberato Barroso, que trata da educação feminina, essa educação moral busca “formar a mãe de família”⁶⁰, sendo a educação “para a família” um dos pilares desta instrução pública fundada na moral conservadora. Uma vez que o “seio da família” era considerado a mulher, uma mulher com o “caráter formado” pela educação moral educaria pessoas com “bons sentimentos” na “prática do dever”.⁶¹ Finalmente, a crença em Deus completaria a educação moral: “O homem não pode percorrer com segurança o estado da existência sem a profunda crença na existência de Deus, que é o vínculo com o mundo moral (...)”.⁶²

Quanto à educação do gênero masculino, Manoel Francisco Correia destaca os efeitos da educação moral na atuação do exército: “O exército civil, se assim posso exprimir-me, será bravo e denodado (...), cairá gloriosamente, se os educadores lhe tiverem radicado n’alma os sólidos princípios do bem e da justiça.”⁶³

Também encontramos com frequência a defesa da meritocracia, pelo viés histórico e de classe. Na ocasião da inauguração das conferências populares em Niterói, Correia defende a aristocracia, suposto objeto de veneração da população e que seria “o maior estímulo que pode ter o cidadão”.⁶⁴ Na conferência “Como cumpre escrever a história pátria”, em 7 de setembro de 1876, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe defende uma visão da história que destaca o patriotismo dos vencedores, responsáveis pelo Império e pelo regime constitucional:

⁵⁸ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 03, mar. 1876, p. 26.

⁵⁹ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 05, mai. 1876, p. 98.

⁶⁰ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 05, mai. 1876, p. 100.

⁶¹ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 05, mai. 1876, p. 103.

⁶² *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 06, jun. 1876, p. 66.

⁶³ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 06, jun. 1876, p. 70.

⁶⁴ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 20.

Expondo os acontecimentos, que nos precederão, deve o historiador ter por intuito duas coisas: premiar o mérito dos benfeitores do gênero humano, aos quais a prudência dos séculos denomina heróis, e excitar nobres estímulos de imitação dos grandes modelos do patriotismo, desse sentimento sublimado e generoso, que dignifica o homem ante a própria consciência (...).

Será um dos sagrados deveres do historiador brasileiro apresentar a veneração dos pósteros a memória dos varões beneméritos, que engrandeceram esta pátria com atos generosos, invenções úteis, e obras excelentes.”⁶⁵

Esta visão, como veremos, dialoga com a visão de Pereira da Silva quanto ao papel do historiador. Em seguida, Araripe escreverá: “De Rocha Pita por diante só encontro dois escritores que me parecem haver desempenhado com vantagem seu encargo. Falo de Roberto Southey, e do conselheiro Pereira da Silva.”⁶⁶

Na conferência “Necessidades das escolas normais”, entretanto, Correia utiliza politicamente o conflito do Paraguai para justificar o patriotismo e o heroísmo dos brasileiros. O foco na ideia de voluntarismo e sacrifício oculta os erros e abusos cometidos pelo poder imperial.

Poderemos acaso duvidar desse patriotismo? (...) De todos os pontos surgiram os bravos voluntários da pátria, prontos a derramar seu sangue até a completa desafrenta do ultraje feito ao estandarte nacional; e não houve cidadão que pressuroso não concorresse mais ou menos para as avultadas despesas que as circunstâncias extraordinárias reclamavam.”⁶⁷

Importa notar que o comparecimento da família real nas conferências, como está registrado em diversos periódicos, indica a aprovação quanto à continuidade da iniciativa de Correia. Em sua conferência de 21 de novembro de 1875, o Conselheiro explicita esta dependência: “Não é sem satisfação que vejo completar-se hoje, com a 151ª, o segundo ano destas conferências, que têm continuado a realizar-se regularmente, graças à honrosa animação de S. M. o Imperador, e do ilustrado público desta opulenta capital.”⁶⁸

As atuações de Pereira da Silva e do Conselheiro Manoel Francisco Correia em suas participações e manifestações nas conferências populares, condiziam com os seus posicionamentos públicos e com as suas perspectivas para o futuro do Brasil. Ambos estavam alinhados intelectual e ideologicamente, enxergavam o cenário intelectual brasileiro pelo viés da “civilização”, sendo as conferências um canal para levá-la à população através de membros da elite. A respeito da visão da instrução pública, os conferencistas parecem formar uma unidade de pensamento. Não há divergências significativas e, quando tratam de outros temas,

⁶⁵ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 50.

⁶⁶ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 73.

⁶⁷ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 05, mai. 1876, p. 51.

⁶⁸ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1876, p. 17.

fazem-no a partir de fundamentações consonantes com a visão de uma instrução pública moralizadora e controlada pelo governo. É recorrente a citação, por parte dos conferencistas, de outras conferências e conferencistas, como é o caso de Manoel Jesuino Ferreira. Em sua conferência “Instrução pública – II”, Jesuino Ferreira cita uma fala de Pereira da Silva:

Vem a propósito repetir o que há dias foi dito pelo ilustrado Sr. conselheiro Pereira da Silva: “As instituições sociais não se improvisam. Para durarem, carecem de estar enraizadas nos usos, na educação, nas tendências, na alma do povo: de outra sorte, desaparecerão como o sonho do poeta.” (...) Sobre todos os homens deixam os acontecimentos dos verdes anos impressões que repercutem na mais avançada idade. Foram essas as impressões que formaram Homero e Virgílio.⁶⁹

Ao tratar do tema “educação pública”, inclusive, Jesuino Ferreira usa como argumento uma das falas de Pereira da Silva que revela a sua crença de utilizar a educação para enraizar as instituições sociais, no caso, para fortalecer a monarquia. Em seguida, cita dois poetas trabalhados por Pereira da Silva nas conferências “Poesia épica I – Homero e Virgílio”.

Considerações finais

Em *História concisa da literatura brasileira*, Alfredo Bosi chama a atenção para o que chama de “síntese estética”. No capítulo “O Barroco: espírito e estilo”, após apontar para leituras limitadoras do Barroco, Bosi alerta seus leitores para a tentação do dogmatismo:

Em suma, desvalorizar um poema barroco porque “vazio” ou mitizá-lo porque rebuscadamente estilizado é, ainda e sempre, cometer o pecado de isolar espírito e forma, e não atingir o plano da síntese estética que deve nortear, em última instância, o julgamento de uma obra.⁷⁰

Destacamos esta passagem, inicialmente, porque foi, justamente, o processo pelo qual este artigo passou: o cuidado tomado na análise do contexto histórico não fora o mesmo oferecido à análise do texto. Sem o cuidado buscar compreender o texto com os “olhos do período” não parece ser possível estudar as manifestações literárias com o devido cuidado histórico.

Pereira da Silva enquanto intelectual de seu tempo olhava para a literatura mundial a partir de seu lugar dentro de uma nação periférica. Ao participar das Conferências Populares da Glória, Pereira da Silva precisou adaptar seu conhecimento a um novo meio de expressão. As conferências de Pereira da Silva, assim, diferentemente das conferências radicais, se aproximam mais das leituras públicas de Quintino Bocaiúva, que buscavam distinguir-se das conferências populares ao oferecer um entretenimento mais ameno, buscando refinar o gosto

⁶⁹ *Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 05, mai. 1876, p. 68.

⁷⁰ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 30.

literário de seu público. Contudo, apesar das semelhanças, não podemos chamá-las assim devido aos indícios ideológicos que apresentamos e pelo caráter de-fato-popular por trás da intenção das leituras públicas de Bocaiúva. Por outro lado, podemos afirmar, de certa forma, que Pereira da Silva deu continuidade ao esforço de seu antecessor em buscar despertar o gosto literário do brasileiro por meio de reuniões públicas regulares.

Por mais que as conferências de Pereira da Silva se assemelhassem a aulas e palestras, a sua abordagem da poesia épica incluía, necessariamente, a finalidade das Conferências Populares da Glória, assim como a presença de um público variado, composto também por políticos, intelectuais e pela família real. Desta forma, Pereira da Silva apresentou a sua leitura da poesia épica à elite do Rio de Janeiro de maneira dinâmica e engajado politicamente.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. O radicalismo político no segundo reinado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz, BOTELHO, André. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CORREIA, Conselheiro Manoel Francisco. Conferências: e outros trabalhos do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1885.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*. [S. l.]: Difusão Europeia do Livro, 1975. V. 3.
- PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social: resistência e emancipação? Tese de Livre-Docência Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.
- ZILBERMAN, Regina. O reconhecimento de Pereira da Silva. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 5 – 1: 5 – 6. 1999.
- <http://bndigital.bn.gov.br/>
- Conferências Populares*, Rio de Janeiro, n. 01-10. 1876.
- Correio Paulistano*, São Paulo, ano 16, n. 3923, 16 jul. 1869.
- Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 78, 19 mar. 1855.
- Diário do Rio de Janeiro*, São Paulo, ano 43, n. 174, 27 jun. 1863.
- Diário do Rio de Janeiro*, São Paulo, ano 53, n. 179, 1 jul. 1870.
- Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 54, n. 103, 15 abr. 1871.
- Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 54, n. 109, 21 abr. 1871.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 56, n. 357, p. 2, 18 nov. 1873.
Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 56, n. 344, p. 2, 15 dez. 1873.
Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 60, n. 8, p. 1, 10 jan. 1877.
Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 67, n. 182, p. 1, 8 jul. 1877.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 1, 6 jan. 1877.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, p. 1, 10 jan. 1877.
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 56, n. 248, p. 3, 6 set. 1877.
Radical Paulistano, São Paulo, ano 1, n. 1, 12 abr. 1869.
Radical Paulistano, São Paulo, ano 1, n. 7, 31 maio 1869.
Radical Paulistano, São Paulo, ano 1, n. 14, 29 jul. 1869.
Radical Paulistano, São Paulo, ano 1, n. 15, 5 ago. 1869.

Recebido em: 31/07/2022; **Aceito em:** 12/12/2022